

Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica: Por que debater, defender e fazer política editorial é urgente?

O número 2 (v. 28) da *Revista NERA* foi editorado em um contexto singular e conturbado no cenário da publicação científica no Brasil. Neste período foi divulgado por parte da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), das [“Diretrizes comuns da avaliação de permanência dos programas de pós-graduação stricto sensu”](#) para o ciclo avaliativo 2025-2028. Além de estabelecer novos critérios para a avaliação dos programas de pós-graduação no país, o documento determina o fim da classificação de periódicos científicos por meio do sistema Qualis, transferindo o foco da avaliação dos periódicos para os artigos científicos. Essa diretriz reafirma o conteúdo já anunciado no [Ofício Circular nº 46/2024-DAV/CAPES](#), publicado em 3 de outubro de 2024. A Coordenação de Área da Geografia — campo no qual a *Revista NERA* está inserida —, alinhada às diretrizes gerais da CAPES, também publicou documentos específicos para [apresentar um panorama da pós-graduação em Geografia no Brasil](#) e divulgar a [nova ficha de avaliação para o quadriênio 2025-2028](#).

Neste cenário de incertezas e confusões — alimentadas, inclusive, pela circulação de informações equivocadas sobre os novos critérios de avaliação —, a [Associação dos Geógrafos Brasileiros \(AGB\)](#) avançou no debate ao propor um necessário "passo atrás". Um "passo atrás" não no sentido de retrocesso ou de uma posição ultrapassada, mas de retomar uma discussão que diferentes periódicos consideram superada ou encerrada, entretanto que se mostra essencial, especialmente em um contexto como o atual: o debate sobre política editorial e ética na publicação científica.

Em abril de 2025, a AGB publicou o [“Manifesto da Geografia pela Ética na Publicação Científica”](#), documento composto por 40 diretrizes políticas direcionadas a diferentes grupos: autores(as) (10), periódicos/editores(as) (11), avaliadores(as) (4), leitores(as) (4), programas de pós-graduação (6) e agências de fomento (5), sendo este aberto para a subscrição de periódicos, entidades científicas, departamentos e programas de pós-graduação em Geografia do Brasil. O manifesto fundamenta-se na nota técnica [“Orientações para a Promoção da Ética na Produção Científica em Geografia”](#), também elaborada pela AGB e publicada no mesmo período.



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#).

MANIFESTO DA GEOGRAFIA PELA ÉTICA NA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA
POR QUE DEBATE, DEFENDER E FAZER POLÍTICA EDITORIAL É URGENTE?

No meio acadêmico, pode parecer evidente a defesa das boas práticas na publicação científica e da Ciência Aberta — reafirmando, assim, nosso papel enquanto sujeitos comprometidos com a construção de uma ciência voltada à sociedade. No entanto, a elaboração desses documentos — que retoma e reforça tais princípios — está profundamente vinculada ao momento histórico que atravessamos. Os documentos elaborados pela AGB constituem um marco para os periódicos de Geografia no Brasil, não apenas por sintetizarem debates internacionais — como os promovidos pelo [Committee on Publication Ethics \(COPE\)](#) —, mas sobretudo por promoverem uma unidade política em torno de uma pauta coletiva. Trata-se de uma proposta que visa não apenas à valorização, manutenção e defesa das revistas científicas no país, mas também à retomada de seu eixo fundamental: a política editorial.

A atividade editorial não se resume à operação técnica em plataformas como o *Open Journal Systems* (OJS), amplamente utilizado pelos periódicos da área. Antes de tudo, editar é um ato político. No dia 28 de maio de 2025, a *Revista NERA* participou do Fórum de Editoras e Editores, convocado pela [Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia \(ANPEGE\)](#). Dessa instância de diálogo coletivo emergiu a inquietação que dá título a este editorial: *Por que debater, defender e fazer política editorial é urgente?*

O primeiro aspecto que nos mobilizou foi o impacto das métricas quantitativas — seja através do número de artigos publicados ou do volume de citações — sobre a integridade científica. Em um contexto em que a produção acadêmica é frequentemente avaliada por esses indicadores bibliométricos, práticas antiéticas na pesquisa e na publicação têm se renovado e proliferado. Um exemplo elucidativo é o trabalho realizado pela revista [Pesquisa FAPESP](#)¹, que tem noticiado, com regularidade, casos de más práticas ao redor do mundo, bem como iniciativas de promoção da ética científica. Tais ocorrências não apenas comprometem a imagem de autores(as) e editores(as), mas, sobretudo, colocam em xeque a credibilidade do conhecimento científico — um risco ainda mais grave em tempos marcados pela desinformação, pelo negacionismo e pela circulação acelerada de conteúdos nas redes sociais.

O segundo ponto discutido coletivamente diz respeito à defesa da Ciência Aberta, muito bem contemplada no manifesto da AGB, que a reconhece como um movimento voltado à democratização do conhecimento, indo além do mero acesso gratuito a artigos. A crescente concentração da atividade editorial nas mãos de grandes editoras internacionais — *publishers* — que transformam a publicação científica em um negócio lucrativo, impõe barreiras ao acesso ao conhecimento e reforça desigualdades estruturais.

¹ Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

MANIFESTO DA GEOGRAFIA PELA ÉTICA NA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA
POR QUE DEBATER, DEFENDER E FAZER POLÍTICA EDITORIAL É URGENTE?

O terceiro ponto de reflexão, elaborado no âmbito da *Revista NERA*, trata da importância de uma política editorial bem definida, que se mantenha como pauta permanente de debate interno. A política editorial confere identidade à revista, orienta sua ação e resguarda sua coerência. Quando bem elaborada, com escopo claro e fundamentos políticos consistentes, evita que os periódicos se tornem reféns das constantes mudanças nos critérios de avaliação da CAPES, adaptando-se a cada ciclo avaliativo em busca de melhores classificações — muitas vezes em detrimento de sua própria identidade. É claro que políticas editoriais devem ser atualizadas, pois a realidade é dinâmica, mas sua identidade política precisa permanecer ancorada na ética, na defesa da ciência e no compromisso com a disseminação do conhecimento.

Por tudo isso, reafirmamos: debater, construir e defender políticas editoriais é uma urgência. Que esse debate seja pauta permanente de todos os periódicos de Geografia no Brasil!

Presidente Prudente/Brasil, outono de 2025.

*Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuella
Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Bernardo Mançano Fernandes
Eduardo Paulon Girardi*